



INFORMATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO *Paraíba*

Ano I • Nº 2 • Julho de 2008

Mais dez Promotores de Justiça são empossados

Página 4



**Combate à
evasão escolar
em Sapé**

Página 5



**CCIAIF instaura
286 processos só
em 2008**

Página 6



**Inauguração de
novas Promotorias
de Justiça**

Página 7

Suprindo deficiências

No dia 30 do mês de junho passado, a Procuradoria Geral de Justiça deu posse a 10 Promotores aprovados no último concurso público. Os novos representantes do Parquet chegam em um momento importante para o Ministério Público da Paraíba. Com as referenciadas nomeações, a Instituição além de inserir novos valores em seus quadros, já consegue suprir algumas deficiências do déficit de promotores. Como consequência básica, permite-se que membros do Ministério Público pertencentes à Comarca da Capital que, com a devida autorização do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, foram deslocados ao interior do Estado pela necessidade imediata em preencher algumas vacâncias, retornem às suas promotorias de origem após prestarem um significativo e valioso serviço à Instituição. Este quadro brevemente ainda será alterado com a posse de oito candidatas restantes, o que aliviará ainda mais o quadro atual. Por outro lado, a administração continua envidando esforços no sentido de aperfeiçoar seus instrumentos de valorização do membro ministerial.

Com o advento da Lei Estadual nº 13/2008, que impõe uma remoção antecedendo qualquer critério de promoção, busca-se movimentar a respectiva entrância, e também incentivar a progressão na carreira, suprindo-se desta forma algumas lacunas naturalmente criadas com as atuais cerca de sessenta vagas de Promotores de Justiça. Todo este esforço busca oferecer ao Ministério Público da Paraíba um arcabouço institucional confiável e duradouro, onde sempre prevaleça a determinação do ordenamento jurídico e o princípio da impessoalidade, independentemente da orientação que predomine na administração.

Idêntico critério vem sendo observado com relação aos servidores da Instituição. Iniciando com o Plano de Cargos e Carreiras e culminando com a posse de praticamente todos os classificados no último concurso público de provas e títulos (o primeiro desde o ano de 1991), a Procuradoria Geral de Justiça inicia o aperfeiçoamento de seus serviços administrativos, buscando mais agilidade e melhor qualidade no trato com os membros da instituição e com a sociedade. Este é o Ministério Público que todos queremos e que com certeza estamos construindo.

EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador-Geral de Justiça:
Paulo Barbosa de Almeida
Corregedor-Geral do Ministério Público:
José Roseno Neto
Secretário-Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do
MPPB: Almira Félix, Lila Santos, Iris Porto
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742



Ministério
Público da
Paraíba

Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares

Opinião

A revogação da suspensão condicional do processo após o decurso do período de prova

Luciara Lima Simeão Moura*

É possível ao magistrado revogar o benefício da suspensão condicional do processo, vulgarmente denominado *sursis processual*, após o decurso do período probatório? Entende a jurisprudência dominante do Eg. Supremo Tribunal Federal que sim, desde que o motivo determinante tenha ocorrido durante a vigência do referido período de prova, ainda que se tenha tomado conhecimento do fato em momento posterior.

A Lei n.º 9.099/95, que disciplinou o instituto, em seu art. 89 e parágrafos, teve como escopo propiciar um desfogamento das cortes judiciais ao privilegiar acusados de bons antecedentes e aos quais se imputa a prática de crimes cuja pena mínima não ultrapasse um ano. É que, reunidas todas as condições exigidas em lei, acaso sobreviesse uma condenação do regular desenvolvimento do processo, à vista da personalidade do agente, sua vida pregressa, e da natureza do delito (muitas vezes, de menor potencial ofensivo), ao agente imputar-se-ia a pena mínima. Nesses casos, por que não agraciar o acoimado com a possibilidade de demonstrar ao juízo que aquele percalço significou tão-somente um único deslize em sua vida social?

Por este mesmo motivo, quando não cumpridas as condições estabelecidas e aceitas pelo réu, mormente quando ele continua na vereda criminosa, praticando novas infrações penais, impõe-se a revogação da suspensão. Para tanto, é necessária a manifestação do magistrado, assim como indispensável a declaração de extinção de punibilidade ao término do período probatório, não bastando apenas o decurso do lapso sem revogação, como querem fazer valer alguns juristas. E se no decorrer do período de prova, o réu dá ensejo à causa de revogação, obrigatória ou facultativa, o benefício deve ser revogado, reinstaurando-se a inerte ação penal, ainda que em algum caso tal fato possa acontecer após aquele período. Assim já decidiu reiteradas vezes a Corte Máxima, sublinhando sempre que o motivo determinante da revogação deva ter ocorrido durante o período probatório (HC91562 -PR, HC 90833 - RJ, HC 84654 - SP).

Portanto, ao Promotor comarcação compete a fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas, e, se por desatenção do juízo, não se atualizarem os antecedentes criminais do réu no decorrer do período, perfeitamente cabível tal pedido, em sede de diligências, antes de ofertar parecer pela extinção de punibilidade. O réu que, porventura, tenha se envolvido em outro delito ou não tenha cumprido qualquer outra condição, durante o período probatório, demonstra de forma inequívoca que aquele seu deslize revela tendência que merece ser reprimida.

*Luciara Lima Simeão Moura é Promotora de Justiça da Comarca de Soledade

Promotores contam com rede nacional de informações no combate ao crime

O Ministério Público da Paraíba continua incrementando o funcionamento da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Infoseg. O sistema possui um banco de dados situado em Brasília de onde convergem informações, na área criminal, de todos os órgãos de segurança do País.

De acordo com informações do Secretário Geral do Ministério Público e Coordenador Estadual da Infoseg, Cláudio Antônio Cavalcanti, os Promotores de Justiça estão tendo acesso, por meio de senhas individuais, a todas as informações contidas na rede.

“Este sistema é uma ferramenta extremamente importante porque possibilita ao Promotor de Justiça ter informações que auxiliam na sua atividade diária, principalmente com os processos criminais”, enfatizou.

Para a implantação da Infoseg no Ministério Público, foram realizadas reuniões setoriais envolvendo as cidades de Sousa, Patos, Guarabira e João Pessoa, onde todos os Promotores receberam explicações de todo o funcionamento da rede, bem como, receberam material informativo.

A Rede Infoseg, que é dirigida pela Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, interliga informações de diversos órgãos federais e estaduais, disponibilizando-as nacionalmente para consulta, com facilidade e rapidez, em computadores de mesa, viaturas, rádios e até celulares.

MILHÕES DE CONSULTAS

Para se ter uma idéia, segundo dados da Senasp, a Rede já possui mais de 90 mil usuários cadastrados em mais de 200 órgãos distribuídos no Brasil. De janeiro a setembro do ano passado foram registradas cerca de 18 milhões de consultas à Rede Infoseg.

Os usuários são integrantes de órgãos públicos dos três Poderes nas esferas federal, estadual e municipal, tais como Ministério Público, Tribunais de Justiça estaduais, Tribunais Federais, todas as Polícias, Departamentos de Trânsito, Abin, Controladoria Geral da União, Denatran, Interpol (Polícia Federal), Tribunal de Contas da União e Receita Federal.



Servidor do MP participa de Censo

Os servidores do Ministério Público Estadual participaram ativamente do recadastramento que a instituição realizou. O II Censo dos Servidores do MPPB teve como objetivo fazer um perfil de cada servidor, contendo nível de escolaridade e possíveis aptidões.

Durante a realização do censo todos os setores receberam formulários, que foram distribuídos com cada servidor, e respondidos com dados cadastrais, tais como, pessoais, de instrução e funcional, os quais estão sendo atualizados no Departamento de Recursos Humanos do MP.

“Com este recadastramento temos por finalidade atualizar dados na ficha funcional e financeira do servidor, a fim de precisar as informações registradas no Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Pagamento de Pessoal”, explicou Valdênia Inácio, Diretora Administrativa do Ministério Público.

Além dos dados cadastrais os servidores informaram também sobre as atividades que desenvolvem em seu setor e as atividades que gostariam de desenvolver no MPPB. Conforme Val-

dênia, com base nesses dados alguns servidores poderão ser relocados. “Muitas vezes alguns funcionários têm outras aptidões e não temos conhecimento. A partir desse censo conheceremos ainda mais cada servidor”, afirmou.

O primeiro censo dos servidores do Ministério Público foi realizado há mais de oito anos.



Cidades do alto Sertão paraibano recebem novos Promotores

Mais dez aprovados no último concurso para Promotor de Justiça Substituto do MPPB tomaram posse em junho deste ano. Os novos Promotores foram designados para as cidades de Malta, Teixeira, Coremas, Prata, Santana dos Garrotes, São Bento, Brejo do Cruz, Uiraúna, São José de Piranhas e Bonito de Santa Fé, localizadas no Sertão da Paraíba.

Os Promotores de Justiça já iniciaram suas atividades participando de um treinamento eleitoral, juntamente com outros Promotores Eleitorais, promovido pela Procuradoria Regional Eleitoral, Procuradoria Geral de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral. Também passaram por um treinamento realizado nas cidades de Sousa e João Pessoa.

Segundo o Procurador de Justiça, José Raimundo, Coordenador do Centro de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) o treinamento foi promovido pela Procuradoria Geral de Justiça, a Secretaria Geral e o CEAF, desenvolvendo atividades relacionadas com o Conselho Superior e com o Colégio de Procuradores de Justiça.

Durante o treinamento, os Promotores receberam informações sobre a atuação da gestão do Ministério Público, a Comissão de Combate à Improbidade Administrativa e Irresponsabilidade Fiscal – CCIAIF, a Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais, aspectos ligados à Corregedoria e deveres dos Promotores à luz da Lei de Organização do MPPB, Defesa do Patrimônio Público, Infância e Juventude, no aspecto cível e infracional.

O Promotor recém-empossado, Carlos Guilherme Machado, foi designado para a cidade de Uiraúna. Ele comentou que achou a cidade bastante agradável e acolhedora e elogiou as instalações do Ministério Público na cidade. “Achei bastante estruturado. Espero poder contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos de Uiraúna. Quero desenvolver um trabalho mais amplo voltado para suprir as carências da comunidade”, disse.

Dos vinte e oito aprovados no XII Concurso Público para Ingresso na Carreira do MPPB já foram nomeados vinte, desses, dez já estão atuando desde janeiro de 2007.

Os novos Promotores de Justiça são: Leonardo Fernandes Furtado, Eduardo de Freitas Torres, Carolina Soares Honorato, Ítalo Mácio de Oliveira Sousa, Airlés Kátia Borges Rameh de Souza, Elmar Thiago Pereira de Alencar, Diogo D’arolla Pedrosa Galvão, Geovanna Patrícia de Queiroz Rêgo, Carlos Guilherme Santos Machado e Ana Carolina Coutinho Ramalho Cavalcanti.



A Promotora de Justiça Ana Carolina Cavalcanti sendo empossada

“O que você tem a ver com a corrupção?” é divulgada no Estado

Já está em pleno andamento na Paraíba a Campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”. Lançada em junho pelo Ministério Público da Paraíba, a campanha tem como público alvo alunos das Redes Pública e Privada de Ensino e pretende prevenir a ocorrência de novos atos de corrupção, a partir da educação de crianças e adolescentes.

Os coordenadores da Campanha no Estado, Promotores de Justiça Edmilson Campos e Rhomeika Porto, já cumpriram parte do cronograma de execução da campanha que prevê atividades a serem desenvolvidas até 15 de dezembro, quando será feita a prestação de contas da Campanha ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ).

As televisões e rádios da Capital estão veiculando os vídeos e vinhetas da campanha e dez por cento da frota de ônibus coletivos do município já circula com os adesivos da campanha, o chamado “busdoor”.

Cerca de 17 escolas da Rede Privada de Ensino de João Pessoa atenderam ao chamamento do MPPB e aderiram à campanha. Os representantes dessas escolas receberam kits contendo todo o material para desenvolvimento da campanha nos seus respectivos estabelecimentos de ensino.

A Secretaria de Educação Estadual também aderiu à campanha e no início deste mês todos os diretores das 12 Gerências Regionais de Ensino da Paraíba, juntamente com o



Divulgação da campanha nas escolas do Estado

Secretário de Educação Estadual Neroaldo Pontes, estiveram reunidos com os coordenadores da campanha para conhecer os detalhes e receber os kits com material da campanha.

A Promotora Rhomeika Porto informou que o próximo passo é enviar kits e material contendo o teor da campanha para todas as promotorias do interior do Estado. “Os Promotores também terão contato com os profissionais da educação de seus municípios para que façam chegar até o alunado o teor da campanha”, declarou.

O Secretário de Educação Neroaldo Pontes disse que os gerentes regionais, os diretores de escolas e os professores devem se tornar agentes multiplicadores dessa campanha para que chegue até aos alunos esse recado de que o País precisa acabar com a corrupção. O Secretário afirmou que visitará as regiões de ensino para acompanhar o desenvolvimento da campanha em todas as suas atividades.

Projeto da Promotoria de Sapé tem conseguido êxito no combate à evasão escolar

Combater a evasão escolar na cidade de Sapé. Este é o principal objetivo de um projeto que vem sendo desenvolvido no Município, com a realização de audiências públicas dentro das escolas e a participação dos pais dos alunos. O trabalho é uma parceria entre as Promotorias do Juizado Especial Criminal, que tem como titular a Promotora de Justiça Sandra Regina Paulo Neto, e Juizado da Infância e Juventude, com o apoio do Juiz Gustavo Procópio.

“O trabalho que vem sendo desenvolvido foi originado da vontade de vermos todas as crianças em idade escolar frequentando as aulas. Desta forma, demos início a uma marcha em combate à evasão escolar”, afirmou Sandra Regina.

Ela enfatizou ainda que, em outubro de 2007, todas as escolas municipais de Sapé foram notificadas pela Promotoria da Infância e Juventude, onde atua a Promotora Fabiana Maria Lobo, para informar ao Ministério Público os números da evasão escolar.

“A evasão escolar se dá, muitas vezes, à revelia dos pais. As crianças abandonam as salas de aula, vão às ruas, às vezes para praticar pequenos delitos, ou somente para se divertir. Os pais acham que eles estão em sala de aula, quando isto não está acontecendo, porque eles saem de farda, às vezes colocam uma outra roupa dentro

da mochila, trocam de roupa e vão para as ruas, para não ficar configurado que eles estão nas ruas no mesmo horário compatível com a escola”, observou.

Segundo a Promotora, a evasão escolar pode configurar crime de abandono intelectual por parte dos pais, previsto no artigo 246, do Código Penal, que consiste na conduta dos pais de deixar de prover, sem justa causa, a instrução primária de filho em idade escolar. Por conta disso, foram instaurados, por parte do MP, mais de 300 procedimentos especiais, cujas audiências públicas foram realizadas dentro das escolas. Durante as audiências são ministradas palestras, cujo tema se restringe à conscientização da participação ativa da família na escola. Além disso, há também um esclarecimento sobre a prática do crime de abandono intelectual.

“Após as palestras, os pais que não estão respondendo a procedimentos especiais são dispensados, permanecendo apenas os que foram intimados para as audiências, onde estes são atendidos um a um, e uma vez configurado o delito de abandono intelectual é ofertada a proposta de transação penal, que consiste no compromisso dos pais comparecerem às escolas, duas vezes ao mês, para acompanhar de perto o desenvolvimento e a frequência escolar dos filhos, durante o ano letivo”, disse.



Audiência com pais de alunos em escolas públicas na cidade de Sapé

AUDIÊNCIAS

Desde a instalação do Projeto, em outubro do ano passado, foram realizadas nove audiências públicas, sendo cinco em 2007 e quatro no primeiro semestre de 2008. Foram feitas 79 transações penais e ocorreram 18 atendimentos psicológicos.

“As audiências públicas são realizadas na presença do Juiz titular do Juizado Especial Criminal, Gustavo Procópio. A Justiça Itinerante ela sempre existiu, mas o que nós estamos falando é de uma Justiça Itinerante com um objetivo diferente. Nós estamos fazendo tudo de forma precária. É realmente por amor e com a vontade de combater a evasão escolar. Nós carregamos computadores, todo o material necessário nos nossos carros, além dos funcionários. Foi uma causa que nós abraçamos, tudo isso em prol das crianças de Sapé. Resolvemos também retirar os ternos, aquela roupa formal, e realizar as audiências com roupa comum, para ficar mais perto das pessoas”, afirmou.

Sandra Regina destacou ainda que tem verificado o saldo positivo do projeto, pois as diretoras das escolas enviam ofícios à Promotoria atestando a diminuição da evasão escolar. “Não está mais havendo evasão escolar. Houve, realmente, uma repressão acerca disso”, enfatizou.

Cidadania no Trânsito

Com o intuito de obrigar o poder público Municipal a regulamentar, fiscalizar e organizar o trânsito da cidade de Cajazeiras, o Promotor de Justiça Substituto do Cidadão e do Meio Ambiente, Leonardo Cunha Lima de Oliveira ingressou com uma Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela contra o Município de Cajazeiras e a Superintendência Cajazeirense de Trânsito – SCTRANS.

O Ministério Público quer que os promovidos sejam obrigados a sinalizar o trânsito, aumentar o contingente dos Agentes de Trânsito, disponibilizar redutores de velocidade, lombadas eletrônicas e semáforos, celebrar convênios com a Polícia Militar para auxiliar na fiscalização do trânsito e na autuação dos infratores, entre outras medidas.

Em setembro do ano passado, o Ministério Público recebeu inúmeras reclamações da população, pedindo providências para garantir a efetiva regulamentação, fiscalização e organização do trânsito. Diversas reuniões foram realizadas na sede da Promotoria de Cajazeiras, na tentativa de encontrar uma solução para o problema.

“Constatou-se na cidade a ocorrência de um número preocupante de acidentes, inclusive com vítimas fatais”, observou Leonardo.

Improbidade Administrativa

O Promotor Bergson Gomes Formiga, que atua na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Picuí, denunciou o ex-prefeito da cidade, João Batista Balduino, pela prática de atos ilícitos durante exercício financeiro, referente ao ano de 2004, quando era gestor público do município.

Bergson Formiga ofereceu denúncia através de uma Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa com Suspensão de Direitos Políticos e Reparação de Dano. O Processo encontra-se em tramitação na Justiça. Se condenado, o ex-prefeito terá que devolver cerca de R\$ 38 mil aos cofres públicos da cidade de Picuí.

Em defesa da vida

No município de Itaporanga qualquer veículo que for flagrado, sendo conduzido em via pública por criança ou adolescente, deve ser imediatamente apreendido e o menor será encaminhado à Delegacia de Polícia Civil, para instauração de procedimento especial para apurar ato infracional. Esta é uma Recomendação da Promotoria da Infância e Juventude de Itaporanga, Joseane dos Santos Amaral.

“Chegou ao conhecimento do Ministério Público que muitas crianças e adolescentes costumam dirigir veículos automotores nas cidades o que constitui crime, de acordo com o Código Nacional de Trânsito, dirigir veículo, em via pública, sem possuir permissão para dirigir nem habilitação. Em caso de condutor adolescente, tal fato configura ato infracional. Por isso foi publicada a recomendação com o intuito de evitar a continuação dessa prática ilegal”, explicou a Promotora.

Desde 2005, o Ministério Público vem acompanhando a oitiva de menores, pelo uso de motocicletas e envolvimento em casos de acidentes. Em 2005 foram tomados os depoimentos de 52 menores, em 2006 foram 76. No ano de 2007 foram 68 e no primeiro semestre de 2008 já foram ouvidos 23 menores. A Recomendação foi direcionada aos Policiais Civis, Militares, aos membros dos Conselhos Tutelares e aos moradores dos municípios paraibanos de Itaporanga, Boa Ventura, Diamante, Pedra Branca, Curral Velho, Serra Grande e São José de Caiana.

Esta mesma Promotora de Justiça também publicou Recomendação aos proprietários ou responsáveis por bares, lanchonetes, mercearias, supermercados ou estabelecimentos semelhantes e aos organizadores de festas ou outros eventos, das mesmas cidades, que não vendam, não forneçam, ainda que gratuitamente, não sirvam ou entreguem, de qualquer forma, bebidas alcoólicas, cigarros ou qualquer outra substância, que cause dependência física ou psíquica, a crianças ou adolescentes.

Improbidade

Comissão instaura quase 300 procedimentos administrativos só neste semestre

A COMISSÃO DE COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E IRRESPONSABILIDADE FISCAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CCIAIF) INSTAUROU CERCA DE 286 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS CONTRA AGENTES PÚBLICOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DESTA ANO.

O número demonstra que os procedimentos instaurados neste semestre correspondem a todos os procedimentos de 2006 e já supera em 19% todos os procedimentos de 2007.

Segundo o Subprocurador-Geral de Justiça e presidente da CCIAIF, Paulo Barbosa de Almeida, os principais crimes cometidos pelos gestores públicos são os previstos no artigo 1º, incisos I e II do Decreto Lei nº 201/67, que dispõe sobre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, e aqueles constantes na Lei das Licitações.

Para Paulo Barbosa, esse aumento no número de procedimentos instaurados se deve à perspectiva de impunidade. “A corrupção existe no mundo inteiro e não é privilégio do Brasil. Mas parece que o que nos distingue do resto do mundo nessa questão não é o fato de termos maior ou menor número de agentes corruptos. É a impunidade. O Ministério Público faz a sua parte com rigor. Tanto que criamos uma comissão composta por seis promotores que trabalham exclusivamente nos crimes praticados por agentes políticos com foro privilegiado. Mas a nossa legislação é rica de mecanismos processuais que fazem com que o processo se alongue, se arraste por muito tempo e às vezes seja alcançado até pela prescrição, resultando na impunidade do agente político”, declarou.

COMO FUNCIONA A COMISSÃO

Conforme o presidente da CCIAIF, quando a denúncia chega ao MPPB, tem

início a investigação e apuração. “Em determinado momento, separamos aquilo que é crime de responsabilidade e o que é ato de improbidade. Encaminha-se então o que for ato de improbidade para a comarca cujo prefeito está envolvido naqueles atos. Lá o promotor ajuíza a ação civil para apuração dos atos de improbidade e conseqüentes penalidades. Enquanto nós aqui prosseguimos com a apuração da parte criminal”, informa.

Na opinião de Paulo Barbosa, hoje é mais apropriado dizer Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade, porque quando essa comissão foi criada, em 2002, a lei determinava que os agentes políticos – prefeitos sobre tudo, que respondessem por ato de improbidade, que são atos civis, também tinham foro privilegiado. “Mas essa lei foi declarada inconstitucional, há cerca de dois anos, pelo Supremo Tribunal Federal. Então, hoje, os agentes políticos só têm foro privilegiado na área criminal. Por isso que dizer Comissão de Combate à Improbidade é uma impropriedade porque ela hoje só combate os crimes de responsabilidade. Os atos de improbidade são combatidos, pelos Promotores, nos respectivos municípios, na Justiça de primeira instância”, observa.

Paulo Barbosa enfatizou que o trabalho da Comissão situa-se, prioritariamente, numa linha pedagógica. “Desejamos que todos os agentes políticos cumpram a lei e dêem aos recursos públicos o destino para o qual foram gerados. Nessa linha, temos realizado audiências públicas com prefeitos, vereadores e membros do MP, para mostrar aos agentes políticos os casos mais comuns de crimes funcionais e de atos de improbidade”.



Subprocurador-Geral de Justiça e presidente da CCIAIF, Paulo Barbosa de Almeida

Mais de 10 mil processos só no primeiro semestre de 2008

O Ministério Público da Paraíba tramitou no primeiro semestre deste ano cerca de 8.762 processos de 2º grau. Os processos são oriundos das Câmaras Cíveis, Criminal e do Tribunal Pleno da Paraíba. Além desses processos também tramitaram no MPPB na primeira metade de 2008 cerca de 1.641 processos administrativos e para-jurídicos.

No último mês de junho, os Procuradores de Justiça emitiram pareceres em 234 processos da Câmara Criminal, 703 nas quatro Câmaras Cíveis, 623 no Tribunal Pleno, além de 326 processos para-jurídicos e administrativos.

O controle dos processos é feito pela Diafu – Diretoria de Apoio Funcional, que é composta pelo Departamento de Controle de Processos e Pareceres (DCOPP) – responsável pela tramitação, distribuição, controle e arquivamento dos pareceres dos processos de 2º grau; pelo Departamento de Assessoria Técnica e Jurídica (DASTJ), que se encarrega da tramitação e distribuição dos processos administrativos e dos para-jurídicos, e pelo Departamento da Biblioteca do Ministério Público (DIBIB), especializada na área jurídica.

Santa Rita e Cajazeiras terão sedes inauguradas

As Comarcas de Santa Rita e Cajazeiras ganharão suas sedes de Promotorias de Justiça no mês de agosto e setembro, respectivamente. Os preparativos para as inaugurações já estão sendo providenciados.

A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, afirmou que a construção desses novos prédios vai proporcionar um melhor atendimento à população dos municípios atendidos pelas duas Comarcas. “Essa tem sido uma preocupação constante da minha administração: dar mais funcionalidade às sedes, propor-

cionando aos Promotores e funcionários boas condições para atender ao público, e, ao mesmo tempo, atender com mais conforto, aos que procuram à instituição”, afirmou Janete.

A Promotoria de Cajazeiras contará com seis gabinetes para os Promotores de Justiça, dois cartórios, um auditório, recepção, área de arquivo, copa, baterias de banheiros para Promotores e para o público, adequados a deficientes. Já a de Santa Rita contará com um gabinete para o coordenador da Promotoria, cinco gabinetes para os Promotores de Justiça e uma área destinada para Cartório, recepção e sala de Promotor da Infância e Juventude Criminal.



Sede da Promotoria de Justiça de Santa Rita

MPPB firma acordo com TJ para agilizar tramitação de Inquéritos Policiais

O Ministério Público da Paraíba celebrou um Termo de Cooperação Administrativa Operacional com o Tribunal de Justiça para agilizar a tramitação dos inquéritos policiais e peças de informação na Comarca da Capital. O Termo já está em funcionamento através da Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais de João Pessoa – Caimp, órgão pertencente ao MPPB.

Conforme explicou o Promotor de Justiça, Ricardo Alex Lins, um dos coordenadores da Caimp, o Termo de Cooperação possibilita a racionalização na tramitação dos inquéritos policiais e das peças de informação que noticiem fatos delituosos de ação penal pública, para uma eficaz prestação jurisdicional na Comarca de João Pessoa.

Com relação ao Termo, a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, disse estar satisfeita em celebrar o acordo e poder proporcionar aos Promotores da Caimp formas de agilizar a tramitação dos inquéritos. “Fico feliz com a acolhida da Justiça nesse processo. As dificuldades são muitas, mas em que pesem o desempenho e a boa vontade dos Promotores, vamos adequar



Solenidade de assinatura do Termo de Cooperação

e transformar o funcionamento da Caimp no que for necessário para um eficiente andamento dos inquéritos policiais. Somos os fiscais da lei e manifestamos a esperança de que, num futuro próximo, possamos, efetivamente, dar celeridade aos inquéritos no âmbito do Ministério Público”, observou Janete.

Uma das mudanças proporcionadas pelo acordo é que a diretoria do Fórum Criminal da Capital determine que sejam remetidos à Caimp os inquéritos policiais ou as peças informativas depois que os juízes criminais despacharem. Quanto aos instrumentos do crime ou quaisquer outros produtos que acompanhem o inquérito policial

devem ser imediatamente remetidos ao Cartório da Vara Criminal, para onde o inquérito policial foi distribuído.

“Tanto o Ministério Público, como o Tribunal de Justiça estão empreendendo esforços para que os dados informatizados possam ser alimentados mutuamente, de modo que as informações constantes no sistema da Caimp passem a ser disponibilizadas também no sistema de informações do Tribunal de Justiça. Tudo isso com o intuito de tornar eficiente a prestação jurisdicional, a prestação processual”, afirmou Ricardo Alex.

TRAMITAÇÃO INQUÉRITOS

Conforme dados fornecidos pelo Promotor Ricardo Alex, cerca 5.044 inquéritos policiais tramitam atualmente na Caimp de João Pessoa, dos quais 1.034 foram cadastrados somente no primeiro semestre deste ano. O MPPB recebe os inquéritos das 24 Delegacias existentes na Capital, dentre Distritais e Especializadas.

Além do Promotor Ricardo Alex, a Caimp em João Pessoa também é coordenada pelo Promotor de Justiça Alexandre Varandas.

Combate à violência no Vale do Mamanguape

Com a intenção de discutir propostas e encontrar a solução para combater a criminalidade que vem acontecendo na Região do Vale do Mamanguape paraibano, a Promotoria de Justiça de Rio Tinto vem realizando audiências públicas envolvendo membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, autoridades da área de Segurança Pública, representantes da Funai, comerciantes, a sociedade civil, Deputados Estaduais e os Prefeitos e Vereadores dos onze municípios que integram o Vale do Mamanguape (Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição, Mamanguape, Itapororoca, Mataraca, Capim, Jacaraú, Curral de Cima, Pedro Régis e Cuité de Mamanguape).

Uma das audiências públicas, realizadas na cidade de Rio Tinto, resultou na criação de Superintendência Regional de Polícia Civil, que será instalada no Município de Mamanguape e irá funcionar abrangendo toda a região do vale e em um melhor aparelhamento das Delegacias de Polícia de Polícia Civil existentes na área.

A audiência, que foi convocada pelo Promotor de Justiça de Rio Tinto, José Raldeck, foi presidida pela Chefe do Ministério Público Estadual, Janete Maria Ismael. Durante a audiência alguns comerciantes e representantes de aldeias indígenas ocuparam a tribuna para expor seus problemas e apontar algumas sugestões. A maioria dos comerciantes reclamou da falta de segurança e da facilidade com que os criminosos agem, cometendo assaltos a pé. Outros reclamaram do fato de terem sido assaltados várias vezes e um deles chegou a reclamar que seu estabelecimento foi assaltado, somente neste ano, oito vezes, de forma que foi fechado.

Já na parte das lideranças indígenas, todos reclamaram da falta de segurança dentro das aldeias, a ponto de estarem contratando segurança privada ao preço de dez reais para fazer segurança das casas comerciais e cinco para as residências. Na audiência também foi apresentada a proposta de criação de um Conselho Municipal de Segurança de Rio Tinto, cuja minuta foi entregue ao Promotor Raldeck. O representante do Sindicato das Indústrias de Alcool e Cana-de-açúcar entregou relatório apontando um levantamento feito com relação aos crimes ambientais que não são resolvidos.

“A iniciativa desta reunião partiu de reclamações, feitas ao Ministério Público, dos donos de estabelecimentos comerciais das cidades. Todos eles estão com medo até mesmo de ir depositar dinheiro em bancos, por conta da onda de assaltos. Um deles contou que além de ser assaltado foi seqüestrado, passando por maus momentos”, observou Raldeck.



Janete Ismael presidiu a audiência pública em Rio Tinto



Promotor José Raldeck



Colônia de Férias reuniu 150 crianças na Granja dos Promotores

MP proporciona lazer para filhos e netos de membros e servidores através de colônia de férias

Julho é mês de férias. Filhos e netos de membros e servidores do Ministério Público da Paraíba, na faixa etária dos 5 aos 12 anos, participaram, no período de 14 a 18, da VII Colônia de Férias da instituição. O evento foi promovido pelo Departamento de Bem-Estar Social do MP e foi realizado na Granja dos Promotores de Justiça.

As crianças participaram de atividades educativas, lúdicas, recreativas e esportivas, tais como, torneio de futebol, plantação de árvores frutíferas, aplicação de flúor e prevenção contra a dengue, conforme explicou Carmen Céa, coordenadora do Departamento de Bem-Estar Social.

“Este ano tivemos o apoio de vários parceiros, dentre eles a Emlur, que apresentou aos participantes o funcionamento da reciclagem do lixo, a Eme-pa, que nos doou 40 mudas de árvores frutíferas, que foram plantadas na granja pelas crianças. Também tivemos a participação de uma unidade móvel odontológica, que orientou as crianças sobre a importância de

uma correta escovação, como também, a Vigilância Sanitária, que mostrou o ciclo completo de desenvolvimento do mosquito da dengue”, disse Carmen, acrescentando que este ano a colônia de férias foi voltada, não só para brincadeiras, mas também à educação das crianças para a importância da saúde e da preservação ambiental.

Ela afirmou ainda que houve também um concurso de redação e desenho, que teve como tema a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, onde os Promotores Edmilson Campos e Rhomeika Porto, coordenadores da campanha, fizeram uma palestra para as crianças antes da realização do concurso. Houve premiação para os vencedores.

A abertura do evento contou com a participação do coral do Ministério Público. Dentre os vários parceiros, o Departamento do Bem-Estar Social contou também com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, Associação Paraibana do Ministério Público e da Associação dos Servidores da PGJ.